

BOLETIM ICOM PORTUGAL

Série III Junho 2017 N.º 9



Museu do Aljube, Reconstituição de curros - pequenas celas de isolamento onde o preso permanecia à espera de ser interrogado pela polícia política

*Museus e Histórias Controversas:
Dizer o Indizível em Museus*

ICOM international
council
of museums
Portugal

Índice

Editorial	3
Mensagem do Presidente	6
Breves	9
Extra: Política Museológica	12
Contributos para uma urgente e necessária Política Museológica Nacional	12
Em Foco	23
Museu do Aljube, Resistência e Liberdade: Musealização de uma «Herança Difícil»	23
Perspectivas	29
Dizer o Indizível: Como é que os Museus Podem Fazer a Diferença? (I)	29
Perspectivas	32
Dizer o Indizível: Como é que os Museus Podem Fazer a Diferença? (II)	32
Entrevista	35
com António Pinto Ribeiro	35
In Memoriam	40
Adília Antunes (1962-2017)	40
Conferências: comentários	43
Construir o Futuro, Compreender o Passado	43
Museus & Pessoas	46
Joana Sousa Monteiro	46
Publicações	
Sugestões de leitura	52
Novas edições	53
Agenda	
Conferências, encontros, debates	57
Formação	59
Chamada para propostas	60

Editorial



Dedicamos este número ao tema do Dia Internacional de Museus de 2017: *Museus e Histórias Controversas: Dizer o Indizível em Museus*. De que falamos quando falamos em histórias controversas, contestadas ou dolorosas? Qual o papel dos museus neste contexto? Lidar com estas questões para quê? Como? Terão todos os museus histórias controversas, difíceis ou conflituosas para contar? Porque é que os museus não abraçam mais estas questões? (Ou será que abraçam?) Não temos a pretensão de explorar neste boletim a multiplicidade de aspectos que a temática suscita, mas ainda assim contribuir para a sua discussão, que porventura não se esgota na organização de actividades para o 18 de Maio e estará, acreditamos, para ficar.

O Museu do Aljube, que nos é apresentado por Luís Farinha, é um exemplo evidente de uma memória dolorosa para muitos presos políticos durante a transição da ditadura para a República e sobre a qual é preciso dialogar e reflectir, em particular com as novas gerações, porventura menos familiarizadas com este período conturbado da nossa História.

Em *Perspectivas*, contamos com dois olhares distintos, mas que reivindicam para o campo dos museus a assunção da responsabilidade em contar histórias controversas e difíceis. Parafraseando Joaquim Jorge, se os museus não servirem para confrontar a nossa visão ou para apresentar um ponto de vista que nos desafie, então servem para quê?

A escravatura não é totalmente ignorada pelos museus, note-se a criação do Núcleo Museológico Rota da Escravatura (Lagos), em 2016, mas globalmente é um tópico pouco explorado. Na entrevista com António Pinto Ribeiro podemos conhecer melhor a motivação e os objectivos da ini-

ciativa que desafiou os museus de Lisboa a exporem objectos sobre a escravatura no âmbito da programação de “Passado e Presente – Lisboa Capital Ibero-americana da Cultura 2017”.

Joana Sousa Monteiro, directora do Museu de Lisboa desde 2015, é personalidade de destaque de *Museus & Pessoas*. Conheça o seu percurso e a sua visão para este museu.

Neste boletim leia ainda a sentida e profunda homenagem de Luís Raposo a Adília Antunes (*In Memoriam*).

Iniciamos com este número um novo projecto gráfico, mais claro e apelativo, esperando que possa cativar a vossa curiosidade e leitura.

O próximo boletim será dedicado à Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Participem e bem hajam!

Ana Carvalho

Colaboram neste número

António Pinto Ribeiro, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Joana Sousa Monteiro, directora do Museu de Lisboa

Joaquim Jorge, antropólogo

José Alberto Ribeiro, presidente do ICOM Portugal

José do Vale, investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade de Lisboa

Luís Farinha, director do Museu do Aljube

Luís Raposo, arqueólogo

Miguel Rego, director do Museu da Ruralidade

Ficha Técnica

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 9, Junho 2017 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Fevereiro, Junho e Outubro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal. O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Dália Paulo.

Projecto gráfico: Rui Belo | Imagem da capa: © Museu do Aljube, Lisboa

Agradecimentos: Museu do Aljube, António Carvalho

Errata: No último boletim (Jan. 2017, n.º 8), na página 23, parágrafo 3, onde se lê “Nesta ocasião, o projecto EULAC MUSEUMS trouxe a Portugal um número significativo de investigadores e de profissionais, entre os quais dois ex-presidentes do ICOM, Hugues de Varine...”. Correção: Hugues de Varine não esteve presente na Conferência do Projecto EULAC MUSEUM.

ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa | tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com | <http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

Mensagem do Presidente



Realizou-se mais um Dia Internacional dos Museus, momento em que os seus profissionais demonstraram a sua criatividade e empenho nas inúmeras actividades preparadas para os públicos, este ano sobre *Museus e Histórias Controversas: Dizer o Indizível em Museus*, tema para o qual lançámos um debate preparatório nas Jornadas da Primavera, em Março.

Por ocasião do 18 de Maio, data de referência para todos nós, o ICOM Portugal apresentou uma reflexão sobre o futuro dos museus, identificando problemas e apontando eixos de actuação, linhas orientadoras e propostas para uma política museológica nacional através do documento *Contributos para uma Urgente e Necessária Política Museológica Nacional*, conforme pode ser lido mais à frente neste boletim na secção *Extra: Política Museológica*.

O ICOM Portugal continua a sua participação no projecto internacional Mu.Sa – *Museum Sector Alliance*, financiado no âmbito do programa Erasmus +, que tem como objectivo criar um conjunto de ferramentas educativas que promovam o desenvolvimento das competências digitais nos profissionais de museus. Neste momento, procura-se determinar quais as competências digitais necessárias para os profissionais tendo em conta as necessidades das instituições que os empregam.

Em Março, juntamente com o ICOMOS Portugal (Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), participámos num debate público sobre património cultural e descentralização. A nossa participação incidiu na temática dos museus, no momento em que estão previstas reformas do Estado para a área dos museus. Fo-

ram várias as questões colocadas a partir da situação actual e dos documentos em discussão: 1) actual falta de autonomia nos museus; 2) com as transferências para as autarquias e/ou CCDR's que organismo monitoriza e fiscaliza a aplicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses? Com que recursos humanos especializados?; 3) qual a visão para melhorar a actual situação das equipas técnicas nos museus – coordenadores, falta de técnicos...?; 4) que investimento está previsto nos museus da administração central e/ou regional como retorno do aumento de receitas de bilheteira provocado pelo turismo?; 5) que competências normativas e fiscalizadoras específicas terão as autarquias (e também as CCDR's)? Que competências terão esses órgãos regionais e locais em matéria de museus?; 6) o projecto de distribuição regional e local de competências nesta matéria arrisca uma leitura demasiado fragmentada com a implicação evidente de perda de coesão nacional numa área tão fundamental para a identidade e para a memória comuns. Assim sendo, que reforço efectivo de capacidade da Rede Portuguesa de Museus está previsto?; 7) qual o universo de museus, monumentos e palácios nacionais a transferir?

Já após o debate, que se realizou no Centro Nacional de Cultura, foi elaborado um documento conjunto para enviar aos grupos parlamentares e onde tivemos oportunidade de expressar as nossas propostas, nomeadamente: a) necessidade de audição prévia das associações profissionais; b) as transferências devem ser acompanhadas por um envelope financeiro; c) a criação de um Instituto de Museus e Monumentos Nacionais, conforme previsto no programa do Governo, dotado de autonomia financeira, com planeamento estratégico plurianual, definição de normativos, monitorização e fiscalização - e museus nacionais com capacidade de gestão autónoma, capacidade de arrecadação e gestão de receitas próprias; d) criar núcleos de apoio para museus com actuação em todas as áreas geográficas (atentar à assimetria das instituições sob tutela da DGPC, criando um mapa que promova a coesão nacional, prevenindo a actual secundarização de partes significativas do território continental), con-

forme disposto na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, utilizando parte dos recursos humanos da rede de museus e monumentos nacionais para funções de fiscalização e monitorização de uma correta aplicação da Lei. Estes núcleos deverão apoiar outros museus através de consultorias, pareceres técnicos ou intervenções directas; e) com as transferências de competências de política patrimonial na área do património e museus a nível regional (CCDR's) e local (autarquias) é importante avaliar as transferências que já se efectivaram e aproveitar esta circunstância para construir uma proposta esclarecida. Definir quais as competências de políticas nacionais exercidas por organismos dependentes do Governo e não ser colocada em causa a unidade do Estado em matéria de política patrimonial e museológica; f) garantir as carreiras profissionais e técnicas compatíveis com as funções museológicas, de acordo com o previsto na Lei-Quadro dos Museus Portugueses e prever a negociação com as instituições de ensino superior especializadas e implantadas nos territórios para uma interacção e colaboração efectiva por forma a garantir a formação e a fixação de jovens profissionais da área.

Outra preocupação recente que nos merece atenção, foram os actos de vandalismo no Parque Arqueológico do Vale do Côa. Nesse sentido, é urgente, por um lado, a reposição imediata de sistemas de vigilância credíveis, mas, por outro lado, torna-se igualmente necessário e oportuno tomar medidas direccionadas para o futuro, debater com a tutela e as organizações profissionais do sector sobre a possível reclassificação do Museu da Arte Rupestre do Côa como Museu Nacional. Independentemente do modelo administrativo que o Governo entenda adoptar para a melhor gestão daquele património, seja ele fundacional ou outro, a classificação como Museu Nacional, sendo uma evidência lógica, constituiria também o reforço da responsabilização directa do Estado, que entendemos ser desejável e necessária.

José Alberto Ribeiro

Breves



Assembleia-Geral do ICOM Portugal elege novos órgãos sociais

O ICOM Portugal realizou no passado dia 27 de Março, no Palácio da Ajuda, uma Assembleia-Geral Eleitoral. Esta Assembleia, presidida por Clara Frayão Camacho, teve como objectivo eleger os novos órgãos sociais para o triénio 2017-2020. Poderá encontrar mais informações sobre a sua composição em: <http://icom-portugal.org>. As linhas programáticas para o próximo triénio também se encontram disponíveis para consulta: <http://icom-portugal.org>

ICOM Portugal organiza focus group sobre museus e novas tecnologias

No dia 22 de Março o ICOM Portugal organizou um *focus group* em colaboração com a Mapa das Ideias, na Fábrica da Pólvora em Barcarena. A iniciativa juntou cerca de 10 profissionais de vários museus portugueses para discutir os desafios digitais para os museus, os novos perfis de trabalho nesta área e a formação. Esta jornada de trabalho insere-se no âmbito do projecto internacional Mu.-Sa – *Museum Sector Alliance* (2016–2019), do qual o ICOM Portugal é parceiro.

ICOM Portugal co-organiza simpósio sobre museus e educação

Entre os dias 6 e 8 de Abril decorreu no Fórum Municipal Romeu Correia, em Almada, o simpósio internacional *Museus, Investigação & Educação*. O simpósio foi organizado conjuntamente pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), dos Museus da Câmara Municipal de Almada, do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS), do ICOM Portugal, do ICOM CECA (Comité Internacional para a Educação e Acção Cultural), da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e do Instituto Piaget de Almada. Para uma breve síntese leia [aqui](#) e consulte os resumos das conferências em: <http://simpom.maeds.amrs.pt>



Museu de Leiria distinguido com o prémio Silletto

No âmbito dos prémios EMYA 2017, o Museu de Leiria foi distinguido com o prémio Silletto, que destaca a excelência do trabalho de museus com comunidades locais e com voluntários. A cerimónia realizou-se no passado dia 6 de Maio em Zagreb, na Croácia. Por sua vez, o prémio Museu Europeu do Ano foi entregue ao Museum of Ethnography - MEG (Genebra, Suíça). Conheça os restantes premiados em: <http://www.europeanmuseumforum.info>

Homenagem às vítimas portuguesas do nazismo: Dizer o indizível

Por iniciativa do grupo de investigação internacional “Trabalhadores forçados portugueses no Terceiro Reich”, do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, dirigido pelo historiador Fernando Rosas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros promoveu no passado dia 7 de Maio a colocação de uma placa no denominado “Muro das Lamentações” do Campo de Concentração de Mauthausen (Áustria), hoje transformado em museu e memorial. Esta iniciativa pretendeu homenagear, pela primeira vez, os Portugueses, de todas as origens, que foram vítimas da barbárie, não apenas neste campo, mas em todo o sistema concentracionário Nazi.

Prémios SOS Azulejo

No passado dia 22 de Maio realizou-se a entrega de prémios SOS Azulejo no Palácio Fronteira (Lisboa), onde foram apresentados trabalhos de excelência no âmbito da defesa e da valorização do património azulejar português e de tradição portuguesa. Foram entregues sete prémios e quatro menções honrosas. Conheça a lista de premiados em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>



ICOM Portugal censura actos de vandalismo em Foz Côa: comunicado

A recente ocorrência de actos de vandalismo no Parque Arqueológico do Vale do Côa, ocorridos na sequência de um longo processo de degradação das condições de salvaguarda, estudo e valorização daquele complexo de arte rupestre, classificado como Património Mundial pela UNESCO, merece do ICOM Portugal a mais veemente censura. Sem prejuízo da dimensão criminal daquela ocorrência, que deve ser investigada e eventualmente punida em sede própria, e da reposição imediata de sistemas de vigilância credíveis, torna-se necessário tomar medidas direccionadas para o futuro. Leia o comunicado em: <http://icom-portugal.org>

ICOM Portugal representado em Paris

Realizou-se em Paris, entre 7 e 9 de Junho, mais uma reunião anual do Conselho Internacional de Museus para reflectir sobre os desafios que os museus enfrentam hoje. O ICOM Portugal esteve representado pelo nosso presidente, José Alberto Ribeiro, e pela tesoureira, Maria de Jesus Monge. Paralelamente às reuniões realizaram-se três *workshops*, um que revisitou a definição de museu, outro sobre estratégias para a Recomendação da UNESCO sobre Museus e Coleções e, um terceiro, sobre uma nova base de dados de membros. Foi ainda apresentado o relatório anual de actividades relativo a 2016 do ICOM. #JuneMeetings

ICOM Portugal premiado com a melhor "Comunicação online" nos prémios APOM 2017

No passado dia 9 de Junho, no Museu Nacional Soares dos Reis (Porto), decorreu a habitual cerimónia anual dos prémios da APOM (Associação Portuguesa de Museologia). O ICOM Portugal foi premiado duplamente na categoria de melhor "Comunicação Online" pelo Boletim e pela página de Facebook. O prémio foi atribuído em *ex aequo* com o Museu de Lamego. Entre os vários prémios atribuídos destaca-se o de Melhor Museu Português que foi entregue ao Museu do Dinheiro (Lisboa). Conheça todos os premiados em: <http://bit.ly/2sSUVx5>

Extra: Política Museológica

Contributos para uma urgente e necessária Política Museológica Nacional

ICOM Portugal

Neste documento o ICOM Portugal apresenta uma reflexão sobre o futuro dos museus, identificando problemas e apontando eixos de actuação, linhas orientadoras e propostas para uma política museológica nacional.

I. Diagnóstico da situação actual

A década que atravessamos tem-se revelado particularmente difícil para os museus e para os seus profissionais. As alterações nas políticas públicas, induzidas pela crise financeira e orçamental, tiveram consequências graves e duradouras no sector museológico nacional.

No plano da organização da Administração Central, verificou-se, em 2012, a fusão dos dois maiores institutos públicos na área governamental da Cultura. O Instituto dos Museus e da Conservação (IMC, I.P.) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, I.P.) desapareceram, dando origem à Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC).

A reforma administrativa, decorrente da mudança de ciclo governativo e da suposta contenção de custos, foi implementada sem que tenha sido efetuada uma reflexão preliminar que envolvesse o meio profissional ou que tenha sido posteriormente avaliado o impacto da reorganização. Na

prática, o sector dos museus ficou minorizado no contexto da DGPC, com uma constrangedora minimização dos meios humanos afectos ao Departamento de Museus, Conservação e Credenciação.

Em paralelo, alguns Museus e Palácios Nacionais geridos pelo IMC foram transferidos para outros serviços da Administração Central (as Direcções Regionais de Cultura), ou para empresas de capital público (Parques de Sintra - Monte da Lua), sem que essas transições fossem objecto de prévio debate ou reflexão nem que tenham merecido uma posterior avaliação.

Em 2015, alguns desses museus passaram para diferentes entidades de gestão, agora no âmbito da Administração Local, novamente sem que se percebesse qual a lógica dessas transferências casuísticas e sem que o órgão consultivo para o sector (a Secção dos Museus, Conservação e Restauro e Património Imaterial – SMUCRI -, do Conselho Nacional de Cultura) fosse chamado a emitir parecer.

Em 2013 foi extinto o Observatório das Actividades Culturais (OAC), um organismo de referência nacional e internacional no campo das estatísticas culturais e parceiro do IPM-IMC, desde 1997, no acompanhamento e monitorização da realidade museológica portuguesa. Sem que tivesse sido acautelada a continuidade das funções que desempenhava, o desaparecimento do OAC privou a Administração Central da área da Cultura de uma radiografia constantemente actualizada da evolução do sector, base de trabalho essencial para a definição de estratégias de intervenção política. Deixaram de ser possíveis publicações como *Inquérito aos Museus de Portugal* (2000) e o *Panorama Museológico Português* (edições relativas aos períodos 2000-2004 e 2005-2010), em que assentou o desenho das políticas da primeira década do século XXI.

A diminuição de recursos humanos especializados nos museus e serviços centrais do organismo de tutela agravou-se com a aposentação de muitos dos mais experientes quadros técnicos e a total restrição à entrada de no-

vos colaboradores nas instituições museológicas da Administração Pública. Ao nível da gestão, nalguns casos, o mesmo director passou a assegurar a direcção de dois (ou mesmo três) museus de temáticas muito diferenciadas e algumas vezes separados uns dos outros por largas dezenas de quilómetros.

Em síntese, no plano dos recursos humanos, quatro movimentos são possíveis de identificar nos últimos anos. A ausência de entrada de novos elementos no sistema público de cultura (central e autárquico), por via de não realização de concursos de admissão; o despedimento do pessoal eventual (ou em situação precária) que durante anos assegurou as funções museológicas essenciais com recurso a externalização de serviços; o recurso a pessoal não qualificado para estágios profissionais, provenientes dos sistemas de incentivo ao emprego, que cumprem funções técnicas por curtos períodos e sem continuidade; a aposentação dos elementos mais velhos e com mais experiência nos museus, em virtude da evolução demográfica, que não passam as suas competências para novas gerações.

No organismo central do Estado, a equipa que assegurava a coordenação e o apoio aos museus da Rede Portuguesa de Museus (RPM) foi dissolvida no início de 2012, ocasionando a interrupção de um ciclo de mais de dez anos de promoção e apoio à RPM. Só em 2013 o trabalho foi reiniciado no contexto da DGPC e com uma significativa redução dos recursos humanos a ele afectos. O ProMuseus, programa de apoio financeiro aos museus da RPM, foi interrompido.

No plano da reflexão e da divulgação de boas práticas, a revista *Museologia.pt* foi descontinuada, tal como o *Boletim RPM* e os *Cadernos de Museologia*, que divulgavam orientações e normas. Os museus da DGPC deixaram de ter o seu orçamento próprio e aos seus directores foi retirada qualquer autonomia de gestão; o centralismo burocrático passou a impor as suas regras e espartilhos.

No contexto dos Museus da Administração Local, as consequências da crise não demoraram a fazer-se sentir. As orgânicas de muitos municípios foram refeitas. As Divisões de Museus e Património, que tinham vindo a ser criadas, em particular depois da estruturação da RPM, foram extintas em muitos concelhos e os museus voltaram de novo a ser integrados em unidades multifuncionais ao nível de sectores, divisões ou departamentos agregadores das actividades mais díspares, deixando os museus de ter visibilidade nas orgânicas internas.

A qualificação de instalações, de actividades e de recursos humanos, que tinha sido uma constante, nomeadamente nos museus que integram a RPM, ressentiu-se fortemente da retracção de verbas para investimento e também da incapacidade da Administração Central continuar a assegurar apoios técnicos e financeiros, bem como da falta de acompanhamento e monitorização da actividade dos museus.

Os museus de Fundações ou de entidades privadas foram também gravemente afectados. Sensíveis reduções orçamentais e novos enquadramentos legislativos fortemente desfavoráveis estiveram na origem de situações extremas que culminaram no encerramento e/ou extinção de alguns museus.

Neste panorama de claro retrocesso da política museológica nacional, algumas tutelas municipais e privadas continuaram a apostar na valorização dos museus, na sua requalificação e reinstalação. Merece especial referência a aprovação do Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores e a criação da respectiva Rede de Museus e Colecções Visitáveis. Com enquadramento académico, nasceu a Revista *Midas* e foi criada no âmbito da DGPC a Colecção *Estudos de Museus* que edita teses de doutoramento sobre temas museológicos. No plano territorial, foram reforçadas e/ou impulsionadas algumas redes museológicas e patrimoniais, como a Rede de Museus do Algarve, a Rede de Museus do Baixo Alentejo, a Rede de Museus da Região de Leiria e a Rede de Museus e Monumentos do Vale de Varosa.

A transferência, para autarquias, de museus cuja gestão era assegurada pelas Direcções Regionais de Cultura, foi acompanhada pela definição de um conjunto de obrigações cujo cumprimento é verificado por comissões de acompanhamento. Infelizmente apenas a comissão que acompanha a transição do Museu de Aveiro se encontra em pleno funcionamento. As comissões que deveriam acompanhar a transição de museus para os municípios da Guarda e de Castelo Branco nunca chegaram a ser constituídas e nunca reuniram.

A SMUCRI reuniu-se várias vezes, ainda que com periodicidade muito irregular, e debateu algumas questões relevantes. E sobretudo importa reconhecer que, apesar de todas as dificuldades, da escassez de recursos humanos e orçamentais, muitas vezes apesar do desinteresse das tutelas respectivas, os museus e as suas equipas continuaram a programar e a concretizar actividades, cumprindo as suas missões.

Em paralelo, os museus portugueses foram procurados crescentemente pelos visitantes, alcançando números muito expressivos, sobretudo na capital e nas cidades e regiões mais expostas ao aumento do Turismo.

A relevância dos museus para a vida económica nacional e local e para o desenvolvimento das comunidades é hoje um dado que tem que ser levado em linha de conta. A recente Recomendação da UNESCO, sobre a “Protecção e a Promoção dos Museus e Colecções, da sua Diversidade e Função na Sociedade” (2015), desafia os museus e os governos a dialogarem com este conjunto de questões que são centrais na criação do futuro sustentável.

O actual Governo criou expectativas de inversão das desastrosas políticas públicas seguidas nos últimos anos no sector dos museus. As linhas enunciadas no seu Programa merecem a concordância de muitos profissionais. No entanto, passado mais de um ano em funções, as medidas elencadas no programa governativo para o sector museológico tendem a não sair do papel.

O ICOM Portugal, organização representativa dos profissionais do sector museológico, pretende contribuir de forma construtiva para o reforço dos museus portugueses e dos seus profissionais na definição de uma política museológica que dê resposta aos problemas com que estas instituições se defrontam. Conscientes da carência de meios e dos constrangimentos de diferente ordem a que o sector está sujeito, elegemos sete eixos prioritários para a melhoria das condições indispensáveis ao cumprimento das funções museológicas e à fruição pública dos museus.

II. Linhas de força de uma política museológica nacional

1) Autonomização do sector dos museus na orgânica da Cultura

Revertendo a fusão organizacional que originou a DGPC, propomos a criação de um Instituto de Museus e Monumentos Nacionais, conforme previsto no programa do Governo, dotado de autonomia financeira, com planeamento estratégico plurianual, definição de normativos, monitorização e fiscalização.

Neste contexto orgânico e institucional, propomos um caminho que conduza a Museus Nacionais com capacidade de gestão autónoma, competência de arrecadação e gestão de receitas próprias, bem como dotação de meios humanos necessários ao cumprimento das suas missões. Propomos igualmente um instituto que atenda à totalidade do sector museológico nacional e não só aos museus sob sua tutela.

2) Revitalização da Rede Portuguesa de Museus

Importa relançar a RPM, cumprindo o Programa do Governo, pelo que é necessário que a tutela da Cultura assegure a existência de uma sólida

equipa pluridisciplinar, com diversificada formação académica e experiência profissional em museus, capacitada para concretizar novos processos de credenciação, mas também para assegurar a monitorização regular dos museus da RPM, no terreno, para garantir a continuidade das acções de formação e de apoio técnico e ampliar a divulgação de boas práticas em vários suportes, retomando o *Boletim RPM*.

O relançamento da RPM constitui uma ocasião para repensar a sua acção facilitadora e direccioná-la no sentido de criar mais parcerias e interacção no terreno, seja com instituições universitárias que oferecem formação na área patrimonial e museológica, seja com as redes regionais de museus e património que entretanto surgiram em várias regiões do país.

Neste quadro torna-se urgente relançar o programa ProMuseus, de modo a garantir algum apoio financeiro de complementaridade à implementação de projectos técnicos que melhorem a documentação, a conservação e a comunicação dos acervos. A reactivação do ProMuseus deveria ser equacionada num quadro mais ambicioso em termos de dotação orçamental e do sistema de avaliação inerente.

Este relançamento da RPM não é possível sem uma manifestação clara de apoio político, sem que de facto sejam canalizados para este objectivo prioritário os indispensáveis recursos humanos e orçamentais.

3) Reactivação do Observatório de Actividades Culturais

Propomos o restabelecimento de um órgão equivalente ao Observatório das Actividades Culturais, que produza continuamente informação relativa às dinâmicas do sector museológico nacional, em particular a revitalização da Base de Dados Museus, gerida até 2013 pelo OAC. Esta Base permitiria de novo a obtenção de um conhecimento constante e actualizado dos museus portugueses, sem o qual não é possível efectuar diagnósticos da situação ou traçar políticas de intervenção.

Além de uma estrutura que permita conhecer a realidade dos museus na actualidade, julga-se que este organismo deveria ser um espaço de debate, através da participação e organização de encontros e conferências, em estreita articulação com os estabelecimentos universitários, bem como um instrumento de apoio à comunidade de investigação em Museologia que carece de dados sobre os museus.

Julga-se que num quadro de parcerias entre a DGPC, outros organismos do Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e o meio universitário seria possível encontrar uma solução para reactivar esta área do conhecimento, essencial à definição das políticas.

4) Cumprimento da Lei-Quadro dos Museus Portugueses

Aprovada por unanimidade pela Assembleia da República em 2004, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses mantém-se um instrumento pertinente de gestão da realidade museológica nacional. Ao longo dos anos, não foi possível concretizar dois dos seus desideratos principais: o estabelecimento de critérios de enquadramento das Colecções Visitáveis, criadas no seu artigo 4º; a criação de Núcleos de Apoio a Museus, estabelecidos no artigo 107º.

No que toca às Colecções Visitáveis, uma originalidade da lei portuguesa para diferenciar certas realidades do conceito de Museu, é de evidenciar a adopção deste novo conceito no terreno, em situações diversas e em diferentes pontos do país, tornando-se necessário o seu enquadramento legal e os respectivos programas de apoio.

Quanto aos Núcleos de Apoio a Museus, uma forma de estruturação da RPM, propomos a sua criação, de forma faseada e com projectos-piloto, com actuação em todas as áreas geográficas do país, atentando à assimetria das instituições sob tutela da DGPC, criando um mapa que promova

a coesão nacional e prevenindo a actual secundarização de partes significativas do território continental. Utilizando parte dos recursos humanos e reforçando os meios técnicos dos museus da RPM, para funções de fiscalização e monitorização de uma correta aplicação da Lei-Quadro, estes Núcleos deverão apoiar outros museus, através de consultorias, pareceres técnicos ou intervenções directas, promovendo uma maior e mais efectiva articulação e solidariedade museológica.

5) Flexibilização dos modelos de gestão dos museus

É urgente assegurar autonomia funcional aos museus e aos seus directores. Os passos que a administração central concretizar nesse sentido serão inspiradores para outras tutelas. É imperioso devolver a dignidade de Instituto Público ao serviço que executa a política museológica nacional. Essa alteração, que não acarreta qualquer encargo orçamental, permite encontrar formas mais flexíveis de gestão. Seguidamente é indispensável instalar um sistema integrado de gestão que abranja os serviços centrais, mas também todos e cada um dos museus, palácios e monumentos geridos por este Instituto.

Cada Museu Nacional poderá assim dispor do seu orçamento próprio, com valores de receita e despesa fixados em articulação com a tutela, no quadro de uma contratualização de objectivos a atingir, tendo em vista o cumprimento das funções museológicas que, em cada ano, sejam consideradas prioritárias. A existência de um orçamento próprio, permanentemente monitorizado pela tutela e que no final do ano será consolidado no orçamento geral do Instituto, deve ser acompanhada de uma delegação de competências no director do museu que de facto lhe permita ser responsável pela sua gestão.

Esta forma de governação poderá ser discutida e avaliada a par de outros modelos já testados em diversos países, salvaguardando sempre a auto-

nomia dos museus e um sistema de corresponsabilização, controlado pelas tutelas. Importa ainda atribuir à figura de Director dos museus de todas as tutelas e em particular nos de tutela municipal, uma real correspondência funcional e o reconhecimento institucional, de acordo com a LQMP.

6) Dignificação dos profissionais

São conhecidas as dificuldades de recrutamento da maioria dos museus, tal como é igualmente sabido que os museus estão hoje obrigados a dar atenção a novas áreas de funcionamento. Por outro lado, as equipas técnicas dos museus não apenas não são ampliadas como nem sequer tem sido possível substituir aqueles que se aposentam. Tudo isso se conjuga para um crescente mal-estar entre os profissionais, com baixas remunerações, desvalorização das suas carreiras, desqualificação e acumulação funcional. Para além disso, assistimos à crescente externalização dos serviços em diferentes áreas do trabalho do museu e da comunicação com os públicos.

Neste quadro, devem ser garantidas as carreiras profissionais e técnicas compatíveis com as funções museológicas, de acordo com o previsto na Lei-Quadro. É urgente criar condições para que as novas gerações, com uma sólida preparação académica, possam trabalhar nos museus, assegurando a continuidade da memória institucional, mas sobretudo propiciando a incorporação de novas ideias, processos e metodologias de trabalho que mantenham os museus próximos das comunidades e dos seus renovados públicos e assegurem a qualidade da sua programação e actividade. A este propósito, deve ser prevista a colaboração com as instituições de ensino superior especializadas e implantadas nos territórios para uma interacção e colaboração efectiva, por forma a garantir a formação e fixação de jovens profissionais.

É importante mencionar ainda a qualificação técnico-profissional, a par da qualificação académica, alertando para a necessidade de formação específica para as funções relacionadas com a documentação, mediação e gestão, que não estejam a cargo de técnicos superiores.

7) Internacionalização dos museus e dos profissionais de museus

Julga-se da maior relevância a qualificação ao longo da vida profissional e o intercâmbio de experiências, relativamente às competências que podem adquirir em parcerias internacionais.

Deveriam ser incentivadas políticas que promovam a participação dos museus portugueses em projectos internacionais de referência, nos quais se obtém importante retorno em instrumentos referenciais, documentos normativos, metodologias e boas práticas, de grande valia para sua utilização alargada nos museus portugueses.

Os profissionais de museus poderiam usufruir de políticas desta natureza no âmbito de uma visão global em que se pense um conjunto de projectos para os quais seja possível criar equipas nacionais capazes de dar um contributo válido a temas atuais e relevantes para a estratégia que se pretenda definir para o sector e para as quais haja um apoio sólido e constantemente avaliado.

Em Foco

Museu do Aljube, Resistência e Liberdade: Musealização de uma «Herança Difícil»



*Luís Farinha,
director do Museu do Aljube, Lisboa*

O Museu do Aljube surgiu quatro décadas depois da queda do Estado Novo, como resultado do acordar de uma aparente amnésia sobre um regime autoritário que impôs a censura ao pensamento e à criatividade de milhões de Portugueses, que os deportou e prendeu em massa e que os julgou em tribunais de aparência legal, fundados nos mais inaceitáveis preceitos de um Estado que se firmou em milhares de leis e de diplomas, mas que nunca foi um Estado de Direito. E que, muito especialmente lhes impôs, pelo medo que resultava da opressão, um silêncio e um indiferentismo político que tendeu a perdurar no tempo.

Os fundadores do Estado Democrático e Social acreditaram que a melhoria da qualidade de vida da maioria dos Portugueses afastaria para sempre os “demónios” do passado. Porém, a falência relativa desse Estado Social mostrou quão frágeis e efémeros são os alicerces da vida que, ingenuamente, julgamos fixados para a eternidade - e bem assim a história que sobre eles (re)construímos. «O único dever que temos para com a História – disse Óscar Wilde um dia – é o dever de reescrevê-la». No duplo sentido de re-

escrever o que se reconstrói. Terá sido por essa razão que dezenas de cidadãos e de organizações promotoras da memória se empenharam na reconstrução do Museu do Aljube e hoje continuam a lutar por um Museu Nacional da Resistência no Forte de Peniche. De facto, a Resolução n.º 24/2008 (votada por unanimidade na Assembleia da República) recomendava a «criação de um museu da liberdade e da resistência no centro histórico de Lisboa», enquanto pólo aglutinador de uma rede de núcleos museológicos dirigidos à evocação e à valorização da luta de resistência de milhares de homens e mulheres que, desde a implantação da Ditadura Militar, em 1926, se bateram pela liberdade e pela democracia – revolucionários, reformistas ou simplesmente defensores do Estado de Direito que foi violentamente desmantelado a partir de 1926.

Passados dois anos sobre a abertura do Museu do Aljube (2015), vale a pena lançar um olhar sobre as reacções de alguns dos 40 mil visitantes do Museu, neste período: «Aos 18 anos trabalhava aqui abaixo, na Pathé Films. Passava ao lado da prisão. Sabia que aconteciam aqui “coisas feias”, mas fazia por ignorar e ir pelo outro lado da rua. Todos fazíamos o mesmo, percebe? Hoje acho que fui pouco corajoso nessa altura. Sabe... nós tentávamos não saber – e esquecer». Hoje, este homem tem 70 e poucos anos e é aluno de uma Universidade Sénior em Peniche.



Exposição Révolution et Démocratie: Le Rappel des Ouillets do Museu do Aljube no Théâtre de la Ville, em Paris (2-24 de Maio de 2017) © Museu do Aljube

É, pois, de uma herança incómoda, silenciada – e muitas vezes traumática – que falamos no Museu do Aljube. O Museu não tem uma colecção – e nem sequer um livro de entradas de presos, porque continua desaparecido. Como sítio musealizado, vive especialmente da herança imaterial que se foi reconstruindo com recurso aos registos das polícias, dos tribunais e, muito especialmente, de alguns dos cerca de 30 mil presos políticos, (ainda vivos muito deles), que por lá passaram. De facto, tendo a prisão sido encerrada em 1965, uma grande parte do seu “recheio prisional e repressivo” desapareceu, em resultado do abandono ou da banalização que resultou de usos comuns decorrentes da sua posterior utilização como edifício do Ministério da Justiça, com múltiplas valências administrativas.



Intelectuais e artistas da Resistência. Homenagem a Adriano Correia de Oliveira © Museu do Aljube

É, assim, um Museu que recorre à memória testemunhal dos que por lá passaram e que usa a História como recurso de validação e de reflexão sobre o que significava ser preso político durante o período ditatorial:

sobre as razões que levava alguém a ser preso, sobre as formas de actuação das polícias e dos tribunais políticos, com recurso a longas prisões preventivas e a sessões de tortura para extorquir a “verdade”, sobre a (ausência) de reacção da sociedade, em geral, sobre os atropelos cometidos pela justiça e, muito especialmente, sobre os efeitos perversos dessas prisões na vida pessoal, profissional e familiar de quem ousava combater a ausência de direitos políticos e sociais. Esta última é, sem dúvida, uma das principais missões do Museu: resgatar a memória ferida dos combatentes, todos eles sinalizados como “perigosos” para um regime e para uma sociedade onde tendia a instalar-se um silêncio opressivo e tendencialmente consensual, especialmente em alguns períodos de maior estabilidade do regime ditatorial. Era para muitos opositores um duplo combate: contra o Estado ditatorial por um lado e, por outro, contra o indiferentismo de uma parte significativa de cidadãos que, só muito tardiamente percebeu os malefícios do isolacionismo, do conservadorismo, da ausência de liberdades ou da impossibilidade de tomar posições públicas em casos tão calamitosos como os que ocorreram no decurso da longa guerra colonial.

Falamos, pois, de memórias controversas – quase tão conflituais como os factos e motivos que lhe deram origem no seu tempo porque, de algum modo, a transição para a democracia é ainda (e talvez seja sempre) um processo inacabado. Sendo um Museu que privilegiou conteúdos históricos – mostrando a ausência de direitos e a luta pela sua obtenção em situações precisas e concretas da história portuguesa contemporânea -, é também um Museu com uma forte dominante política, onde a abordagem dos temas e a sua interpretação impõe uma intervenção/mediação multivocal. Não só para olhar para a História de forma plural, mas para promover um olhar crítico sobre o mundo actual. Hoje sabemos que os nossos avós – muitos daqueles que viveram a descida aos infernos dos anos que se seguiram ao final da I Guerra Mundial -, e que participaram na implantação de uma “boa ditadura contra os maus políticos”, não

imaginavam que os 48 anos seguintes seriam de ditadura. Também sabemos que muitos dos alemães que elegeram Hitler estavam longe de imaginar o que seria mais tarde o Holocausto.

Estamos, portanto, mais avisados. Mas estaremos mesmo, ou a cultura de massas que se nos impõe e distrai se prepara para nos atraíçoar? São bastos os sinais de recuo da “herança iluminista”, tanto no mundo como na “civilizada” Europa: ontem como hoje, formas egoístas de nacionalismo estão sempre prontas a surgir para excluir o “outro”: pode não ser já o comunista, o maçom ou o semita. Outros “nomes” aparecerão, porque somos bons a nomear o inimigo.

Olhar para a actualidade em Portugal e no mundo – essa é a outra missão fundamental do Museu do Aljube. A História da Ditadura e do Estado Novo não poderá ser nunca um baú de curiosidades de onde extraímos, nostalgicamente, “histórias de vida”, de forma *voyerista* ou com intuitos literários e artísticos. O heroísmo (e também a fraqueza, de certos momentos) dos que combateram pela Liberdade serve-nos para compreender como se combate, como se desiste e como a luta pela Democracia e pela igualdade para o maior número exige um olhar atento sobre estes grandes momentos de “regresso” da História a períodos que julgávamos impossíveis, depois de atingirmos patamares de civilização de que nos orgulhámos.

É por isso que no Aljube privilegiamos a mediação com os grupos que nos visitam – na promoção do diálogo (e até na reconciliação com as memórias mais traumáticas de muitos dos que nos visitam). Promovemos a audição pública de testemunhos de combatentes, elegemos momentos especiais de luta (individual e colectiva) como espaços de comemoração da liberdade, recolhemos objectos e memórias para as dar a conhecer no nosso centro de documentação – a alunos, a estudiosos -, e chamamos especialistas (nacionais e estrangeiros) para debater os aspec-

tos mais desconhecidos ou controversos da história do Estado autoritário português e da sua transição para a democracia.

O futuro do Museu do Aljube será, muito seguramente, o que os seus visitantes – representados por um Conselho Consultivo – vierem a definir como mais importante e valioso. Enquanto pudermos, o Museu será sempre um lugar de diálogo que ajude a preparar “presentes futuros” de liberdade e de democracia.



Lisboa Operária. Itinerário por Lisboa © Museu do Aljube

Perspectivas

Dizer o Indizível: Como é que os Museus Podem Fazer a Diferença? (I)



*Miguel Rego, director do Museu
da Ruralidade, Castro Verde*

O museu é cada vez mais um espaço multifuncional e uma plataforma ampla de acessibilidade do cidadão aos mais diversos discursos e formas de expressão cultural. Rasgado definitivamente, pelo menos no campo teórico, o conceito do museu exposição/objecto, o espaço “museu” assume-se cada vez mais como “o largo” na geografia urbanística do fazer cultura, onde a diversidade cultural e o pluralismo de opiniões, saberes e olhares, têm morada assegurada.

O museu define-se, assim, como um espaço aberto para contrariar uma certa homogeneização discursiva nascida nos grandes “centros”, como ponto de encontro de uma oposição activa ao centralismo decisório assumido por pretensos lobbies culturais eternamente localizados nas esferas de influência dos poderes instituídos, assim como a função de instrumento contracorrente na banalização de fenómenos de criação/ animação cultural.

É no espaço do museu que o cidadão encontra, cada vez mais, o sítio onde pode participar, como protagonista, na construção de um processo de dignificação da memória e descobre um espaço de divulgação e de animação cultural onde o “objecto” é o pretexto para a discussão que não apenas a mera exposição.

Num museu encontramos um discurso narrativo alternativo ao “pré-conceito” de escolas e tendências, mas também um convite à participação na sua construção, transformando-se num espaço de recuperação da memória e de dignificação do espaço comunitário cujo papel deve ser, tendencialmente, assumido por todos os seus actores: público, investigadores, conservadores, fazedores de exposições.

Apesar dos modelos de provocação à participação dos públicos variar de instituição para instituição (em determinados museus o nível de envolvimento é ainda quase nulo e o utente/visitante é apenas olhado como um consumidor, mas outros casos há, sobretudo museus com uma forte componente comunitária, onde a construção da exposição/objecto nos transporta para a memória contemporânea e uma insistente comunicação com o visitante/utente), o diálogo com o “utente/visitante” é, cada vez mais, um fenómeno emergente na vida dos museus. E essa realidade transporta-nos para a dimensão social das temáticas, dos objectos e das múltiplas abordagens que o museu pode e deve realizar no seu discurso expositivo.

A relação do museu com o espaço onde está localizado, com os temas que o constroem e com a(s) comunidade(s) e o(s) público(s) que o sustentam, permite, assim, uma abordagem diversa que não, exclusivamente, assente no saber construído na maquete da metalinguagem científica.

A intercepção do reconhecido valor social do património cultural material e imaterial, vem permitindo criar um diálogo rico entre o conhecimento científico e o empírico que nos leva a novas abordagens e a novos saberes: à construção do saber-fazer de uma nova memória.

A memória, como elemento de ligação entre o passado e o presente, ganha uma dimensão mais universalista, deixando de ser objecto de quaisquer fronteiras ou barreiras ou temas tabu que condicionam qualquer olhar que sobre ela se pretenda fazer, assumindo um objectivo muito claro: recusar o esquecimento. O museu deve assim, de forma descomplexada, ir mais além do objecto e relatar, provocar e aprofundar a discussão sobre sentimentos, falares, olhares, medos e atitudes, episódios e actores de um espaço com uma forte componente simbólica e sentimental da(s) comunidade(s), abordagens que têm sido, de forma consciente escamoteadas, ignoradas ou mesmo apagadas da sua actividade ou esfera de intervenção.

O museu deve ser, cada vez mais, “o largo” da geografia da cultura, onde o indizível não pertence ao seu vocabulário.

Perspectivas

Dizer o Indizível: Como é que os Museus Podem Fazer a Diferença? (II)



Joaquim Jorge, antropólogo

Compreender o significado das colecções a partir do seu contexto, ao invés do seu valor inerente, é valorizar as pessoas e as comunidades onde estão situados os museus. É admitir uma Museologia mais centrada nas pessoas, com um propósito mais humanista. É dar voz aos que haviam sido ignorados e, de certa forma, excluídos dos processos de representação. É a partir daqui, dos museus e dos patrimónios locais, de comunidades, que focam a sua actividade na cultura e nas histórias do dia-a-dia das pessoas, que me posiciono. Quantas histórias, daquelas que não se podem contar, existem? E das que se podem contar, mas que, ainda assim, são difíceis de ouvir? Recolher estas histórias exige um tempo de qualidade, o estabelecimento de relações de confiança entre pessoas que não se conheciam antes. Quantas vezes, ao atingirmos um certo nível de familiaridade com pessoas e grupos, não somos impedidos de tornar público o que nos foi confiado?

Os museus relacionados com o património industrial podem optar por falar de histórias difíceis em torno dos conflitos laborais e das greves, das longas horas de trabalho, da falta de segurança, das condições de vida dos operários e das suas famílias. Muitas destas pessoas deixavam para trás as suas casas e uma vida estruturada em torno dos locais e das pessoas que reconheciam e lhes estavam próximas, e vieram em busca de uma vida melhor. Encontravam, muitas vezes, piores condições do que as que deixavam para trás. Estes migrantes dentro do seu próprio país passaram por situações idênticas aos Portugueses que durante décadas saíram para a França ou para a Alemanha. Certamente vislumbramos alguns paralelismos entre estes e os migrantes que chegam hoje à Europa.

Podemos ainda mencionar os museus de cidade, certamente também com inúmeras histórias dolorosas e indizíveis em torno do acolhimento de pessoas e de novos residentes ao longo dos anos, do desenhar de novos bairros e avenidas. E o que dizer das histórias em torno do ilícito, as relações amorosas proibidas, do contrabando, dos jogos de poder e da corrupção...? Não posso deixar de mencionar os museus focados no património militar, que possuem outras tantas histórias difíceis de contar.

Afinal, as histórias que os museus contam, através das múltiplas narrativas que se desenham em cada exposição, se não servirem para apostar na construção de um pensamento crítico, para chamar a nossa atenção para algo que não conhecemos na totalidade, para confrontar a nossa visão ou apresentar um ponto de vista que nos desafie... servem para quê?

Este ano o ICOM lançou um repto aos museus para contarem histórias difíceis, desafiando as equipas e os visitantes a pensar além das suas próprias experiências individuais, permitindo correr um risco calculado e revelar audácia, colocando num novo patamar de exigência o tipo de relação que os museus querem construir com as pessoas e com as comunidades que servem. Poderemos questionar para que servem estes reptos.

Arrisco a dizer que talvez sirva para todos compreendermos que, afinal, não somos assim tão diferentes uns dos outros, que dadas as mesmas circunstâncias poderíamos ter encontrado o mesmo tipo de atitude e de resolução... serve para confirmar que afinal cada um de nós (as pessoas que compõem a humanidade) é mais resiliente do que parece.

Poderemos dizer que foi uma oportunidade perdida, que afinal os museus não estiveram (ainda) à altura do repto. Também poderemos dizer (mesmo sabendo que é uma desculpa) que o foco dos museus e das colecções são pouco adequados para lidar com “estas coisas”.

Deixo uma ideia já experimentada pelas bibliotecas e que poderia ter sido implementada nos museus no último 18 de Maio. Refiro-me às [bibliotecas humanas](#) (ou bibliotecas vivas). Aqui os livros são pessoas que têm uma história pessoal para contar, histórias de pessoas que sofreram processos de discriminação ou exclusão social e que estão disponíveis para se encontrar, num ambiente aberto, acolhedor e seguro, com um ou mais “leitores” interessados. É um método concebido para promover o diálogo, reduzir os preconceitos e estimular a compreensão.

Entrevista

com António Pinto Ribeiro



António Pinto Ribeiro é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Além das lides académicas tem estado ligado à programação em várias instituições culturais portuguesas, de onde se destaca a Culturgest e a Fundação Calouste Gulbenkian. Também é conhecido pelos seus ensaios sobre cultura, nos quais se incluem por vezes os museus. Num dos seus últimos textos publicados *Podemos Descolonizar os Museus?*, começa por escrever: «os museus ou são pós-coloniais ou não são nada», aguçando o apetite. Mas é sobretudo na qualidade de comissário-geral de “Passado e Presente – Lisboa Capital Ibero-americana da Cultura 2017” e do movimento que gerou recentemente nos museus em torno da representação da escravatura que surgiu a ideia desta entrevista. Afinal, não é a escravatura um tópico que se situa na esfera do indizível nos museus?

Ana Carvalho (AC) – No âmbito da programação de “Passado e Presente – Lisboa Capital Ibero-americana da Cultura 2017” 42 museus, arquivos e bibliotecas de Lisboa expõem mais de 200 objectos e documentos ligados à escravatura em vários locais, incluindo ainda a criação do *website* testemunhosdaescravatura.pt. Como é que surgiu a ideia desta iniciativa e o que o motivou?

António Pinto Ribeiro (APR) – No processo de pesquisa e de estudo que conduziu à programação começou por se fazer um levantamento das memórias e da presença afro-descendente e do que é tido como universo

latino-americano em Portugal. Quis-se assim atingir dois objectivos: não conceber um programa baseado numa mera importação de exposições, espectáculos e concertos e, ao mesmo tempo, contribuir para uma revisão das narrativas relativas a estas memórias em Portugal. Assim, e entre outros projectos como mapas toponímicos tendo origem nas Américas ou em África ou de origem afro-descendente, criou-se este circuito de exposições de escalas muito diversas a partir dos acervos dos museus, bibliotecas, escolas, associações e outras organizações culturais que a este projecto aderiram.

A expectativa ou as expectativas é que os habitantes de Lisboa e os seus visitantes se confrontem com um passado, revejam com a ajuda de historiadores, sociólogos e artistas o passado histórico, sendo neste caso um passado onde têm agora visibilidade os que em outros tempos foram os vencidos e os subalternos.

AC – No caso do Museu Nacional de Arqueologia há objectos ligados à escravatura que são expostos pela primeira vez (exposição *Um Museu. Tantas Coleções*). Por exemplo, duas coleiras de escravos do século XVIII, que se encontravam “perdidas” no museu, foram encontradas num processo iniciado no seguimento de um artigo no semanário *Expresso* que se referia à sua existência. O “achado” é oportuno e bem-vindo, mas parece haver aqui um lado casuístico. A representação da escravatura nos museus portugueses tem sido um assunto pouco explorado. Que explicação encontra para isso?

APR – A escravatura tem sido um assunto muito pouco explorado, é muitas vezes tratado, mesmo no espaço académico como um tabu, e se recentemente tem havido alguma nova produção histórica ou algum debate muito se deve a personalidades que num percurso muito solitário

vão tentando fazer trabalho científico de pesquisa e produzindo algumas obras. Recordo a este propósito os trabalhos dos professores Francisco Bettencourt, que convidámos (na sequência da publicação da sua obra sobre o racismo) a realizar a exposição *Racismo e Cidadania* (Padrão dos Descobrimentos), e Miguel Bandeira Júnior que tem produzido importante reflexão sobre o tema. E ainda os trabalhos de Isabel Castro Henriques sobre estudos africanos e escravatura. Curiosamente são autores que circulam muito nas redes académicas internacionais.

Creio que parte deste desconhecimento sobre o tema se deve ainda a um branqueamento segundo o qual o colonialismo português seria brando, e a lusofonia, uma das formas mais cínicas de colonialismo ainda impera no espaço académico e na comunicação social.

AC – Entre o repto lançado aos museus para representar a escravatura e a sua concretização através de várias exposições, que balanço pode ser feito em termos de objectivos e de expectativas?

APR – A resposta foi positiva havendo necessariamente uma enorme diversidade de investimento quer pessoal, quer de meios, quer ainda de comunicação. Há excelentes exemplos e creio que até ao final deste ano ainda se poderá assistir a projectos muito interessantes.

A forma como o projecto foi delineado – que é a constituição de roteiros que podem ser utilizados e percorridos conforme os interesses iniciais dos visitantes – permite uma acumulação de conhecimentos e de reflexão crítica que, espero, continue para lá do ano da Capital.

AC – Apesar da importância de colocar em evidência a escravatura no âmbito da programação de “Lisboa Capital Ibero-ame-

ricana da Cultura 2017”, o seu impacto tem um registo de curto e médio prazo. Como poderia esta questão ser perspectivada a longo prazo nos museus? De que maneira esta programação poderia ter continuidade?

APR – Eu tenho a expectativa que esta experiência tenha iniciado um debate mais continuado, que os museus possam dedicar ao tema e aos subtemas que dele decorrem outras exposições, que as escolas que visitem as exposições levem para as suas turmas este debate, que os objectos expostos sirvam de “prova” para uma consciencialização da responsabilidade que Portugal teve no tráfico dos escravos, que se entenda que a Europa das Luzes se fundou a partir dos recursos obtidos pelo trabalho da escravatura e que, finalmente, a memória dos escravos, muitos dos quais têm nome e imagem possa ser resgatada.

AC – Disse na comunicação social que «A escravatura existe ainda hoje e é um problema grave. O racismo também é um problema daí derivado e são necessárias formas de o entender e combater». No caso dos museus a responsabilidade poderá ser não só a reinterpretação do passado, mas também trazer estas questões para o presente nas suas formas e repercussões contemporâneas. Na sua opinião, esta é também a função dos museus?

APR – Sim, é uma função prioritária dos museus na medida em que os museus são instrumentos de produção de conhecimentos verdadeiros embora necessariamente de natureza epocal. Os verdadeiros museus são os lugares onde o passado é permanente actualizado. A não ser assim, seriam apenas caixões.

AC – São vários os museus e profissionais que reivindicam o argumento de que se devem manter neutrais em relação ao presente. Na sua opinião, quais são os riscos desta pretensa neutralidade?

APR – Não há Ciência nem História neutra. A Ciência e a História implicam sempre escolhas, são determinadas por políticas de educação, de investigação e editoriais, que conduzem ou pelo menos intervêm nos processos e nos tempos de investigação e de construção das narrativas. Toda a narrativa histórica olha os factos e interpreta-os a partir de um ponto de vista, o ponto de vista do animal político como o disse há muito Aristóteles. Tenho para mim que os que mais negam a neutralidade na História são habitualmente os que desejam que o seu ponto de vista seja o predominante, com vocação hegemónica, portanto.

AC – Da sua experiência, que museus o têm inspirado no sentido de abordarem a escravatura ou outros tópicos difíceis, contestados ou dolorosos da História de forma desassombrada e proactiva?

APR – Creio que o Museu da Escravatura na Cidade do Cabo (África do Sul) é um excelente exemplo, mas penso que os museus da memória com uma projecção mais interventiva correspondem ao que seria neste momento o perfil mais adequado para expor as memórias da escravatura e do seu fim.

In Memoriam

Adília Antunes (1962-2017)



*Por Luís Raposo,
arqueólogo, Museu Nacional de Arqueologia*

Em 1982, Adília Antunes iniciou funções públicas no Museu Nacional de Arqueologia (MNA), em regime de aquisição de serviço, na carreira de Assistente Técnica. Em 1986 foi admitida em regime especial a tempo parcial. Em 1988 iniciou funções em regime especial a tempo completo. Em 1990 exerceu funções de 3.º Oficial na situação de Contrato Administrativo de Provisão. Em 1992 tomou posse como 3.º Oficial do Quadro de Pessoal do MNA.

Propõe-nos o ICOM falarmos no ano corrente do “indizível” em museus. E talvez o mais desafiante nesse mote seja o de falarmos sobre aquilo que mais calamos, no nosso profundo íntimo: as relações empáticas que estabelecemos com o universo indistinto e sensorial que preenche o nosso dia-a-dia, feito de contrastes entre rostos e vultos, ruídos e silêncios, objectos e memórias... até cheiros característicos.

Quem na vida tenha tido amores, e os tenha sabido mimar, pode melhor entender a afeição silenciosa de quem dos museus, frequentemente de

um só museu, faz seu amor maior. Poder num mesmo dia impregnar-se pela ruidosa alegria de crianças, ajudando a criar laços cúmplices, e logo depois enamorar-se pela mudez desafiante de um qualquer fragmento milenar, esquecido no fundo de prateleira, sussurrando o quanto na sua contemplação somos afortunados... Ficar feliz com a felicidade dos outros, poder, enfim, fazer do nosso local de trabalho uma Casa de Afectos, constitui um privilégio raro, que nos enche a alma.

Adília Antunes, ou simplesmente Lita como todos carinhosamente lhe chamávamos, corporiza em plenitude este retrato de vida cheia. Não por acaso desejou na sua última viagem passar em frente da Casa que lhe preencheu a totalidade da vida profissional, o “seu” museu, onde colecções, visitantes-amigos e amigos-colegas, todos lhe prestaram homenagem.

E como realmente lhe devemos esse tributo!

Devemos-lho, desde logo, os trabalhadores do MNA. A Lita foi certamente a mais inspiradora colega que tivemos. Sempre disponível para as coisas mais simples, e bem assim para as mais complexas, fazendo-as simples. Sempre bem-disposta e positiva. Numa época em que, por falta de vida, muitos se sentem prenhes dos seus saberes, indo ao ponto de considerar que as equipas dos museus deveriam idealmente ser compostas apenas por gente com formação superior, a Lita mostrava-nos todos os dias, e várias vezes ao dia, que sobretudo nos fazem falta pessoas dadas, gente com superior formação.

Devem-lhe depois os sucessivos directores do MNA, que com ela puderam sempre contar, nos bons e nos maus momentos. A Lita discreta, que preferia a retaguarda em cada acto oficial; a Lita atenta, que recordava uma data, fosse esta o aniversário de um colega, fosse a aproximação de prazo para o cumprimento de uma obrigação legal; a Lita leal, que sempre soube guardar dentro de si informações reservadas... Era a mesma Lita combativa que dava publicamente a cara quando estava em causa a

sua Casa, segurando faixas em manifestação e gritando palavras de ordem, quando tal foi necessário.

Devem-lhe também os Amigos do MNA. Muitos, centenas por certo, nunca terão talvez chegado a conhecê-la pessoalmente. E no entanto todos a tinham como “anjo da guarda”, a voz e o coração palpitante do Grupo de Amigos. Como em toda a actividade do museu, era aqui a “mulher dos sete instrumentos”: tanto ajudava a organizar viagens a terras distantes, como revia com olhar cirúrgico programas e cartazes, que depois distribuía em mão dentro e fora de portas. Tão depressa atendia reclamações, organizava bases de dados, acondicionava colecções como “simplesmente”... arrumava salas. Enfim, “estava em todas”.

Deve-lhe ainda o próprio MNA. As entidades tutelares, deuses ou não, que nos olimpos celestiais e terrenos, hão-de quiçá estar atentas ao projecto cívico um dia semeado junto à praia das descobertas – o simplesmente chamado Museu de Belém – estarão todas felizes por verem como a sua obra, feita jardim, continuava com a Lita a ser cuidada por tão carinhosas mãos.

Devem-lhe finalmente os museus e o sentido de serviço público, em geral. Quando na vida se tem valor, a venalidade das coisas conta pouco. E a Lita tinha um grande valor, o inestimável apego à Causa Pública. Ora, nada melhor do que os museus, terreno da fraternidade e da memória, para sabermos apreciar esse velho sentimento, sempre renovado quando a vida nos dá o privilégio de nos cruzarmos com pessoas que tão bem o corporizam.

Os vates anteciparão por certo que a Lita, lá onde estiver, se juntou ao mundo dos manes e, possuída da sua deidade, repousará na Paz dos Deuses. Nós humildes mortais, sabemos que, estando ela entre nós, repousa certamente em paz, mas na Paz dos Homens. No fundo, estas duas formas de viver em Paz cruzam-se no seu demiúrgico modo de ser, tal como o testemunhámos, enquanto pudemos beneficiar do seu convívio.

Conferências: comentários

Construir o Futuro, Compreender o Passado

Jornadas de Primavera do ICOM Portugal

*José do Vale, investigador do Instituto de História Contemporânea,
Universidade Nova de Lisboa*



As *Jornadas de Primavera* 2017 do ICOM Portugal decorreram durante a manhã do passado dia 27 de Março, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.

O encontro, apesar de genericamente subordinado ao tema escolhido este ano pelo ICOM para celebrar o Dia Internacional dos Museus (*Museus e Histórias Controversas: Dizer o Indizível em Museus*), teve como lema *Construir o Futuro. Compreender o Passado*.

Os trabalhos foram abertos com intervenções por parte do presidente do ICOM Portugal, José Alberto Ribeiro, e do subdirector da Direcção-Geral do Património Cultural, David Santos.

O programa das jornadas alicerçou-se em duas apresentações principais. A primeira apresentação, intitulada «Que Futuro Queremos dar ao(s) Museu(s), Agora? Algumas Questões da Museologia Contemporânea: Entre o Panorama Mundial e a Situação em Portugal», esteve a cargo de Clara Frayão Camacho e de Graça Filipe. Com uma visão assente num princípio prospectivo da prática museológica nas suas múltiplas vertentes e, logo, na premissa de que os profissionais de museus, assim como as suas tutelas, podem e devem contribuir para a mudança, assumindo uma estratégia activa e indutora, as autoras começaram por traçar um panorama bastante abrangente de acções, estudos, programas e políticas que, não só na Europa mas também nos Estados Unidos, têm vindo a ser realizados e implementados neste âmbito.

Deste trabalho de levantamento e dos paralelos traçados relativamente ao panorama português, resultou a identificação de um conjunto de quesitos que constituem, na opinião das autoras, alguns dos mais importantes factores a levar em linha de conta no futuro mais imediato da Museologia portuguesa e, acrescentamos nós, das políticas públicas a esta aplicáveis.

A apresentação de Clara Frayão Camacho e de Graça Filipe, sobretudo pelo ângulo conceptual prospectivo da sua abordagem, parece-nos ter trazido à evidência, uma vez mais (para quem acompanha o trabalho destas duas colegas), a crescente necessidade prospectiva do trabalho museológico.

Embora a importância do exercício de diagnóstico há muito se encontre sedimentada em matéria de planeamento, programação ou, mesmo, de definição e de concepção de um projecto cultural, a natureza antecipatória da nossa práxis, esta necessidade de identificação de desafios e de tendências, de uma quase antecipação do futuro, não sendo nova, é própria das exigências de uma contemporaneidade em que a razão de existir das institui-

ções culturais, assim como a sua pertinência, serão cada vez mais aferidas na exacta medida da sua aptidão para abordar os problemas do presente e, com isso, participar e intervir activa e responsabilmente na vida pública.

Outra das ideias que nos merece destaque nesta apresentação, diz respeito à identificação de uma necessidade que a todos nós – menos a quem de direito – parece evidente: a necessidade de criação ou, no caso português, de reactivação e manutenção de mecanismos de acompanhamento e monitorização da realidade museológica portuguesa, inexistente desde a extinção em 2013 do Observatório das Actividades Culturais.

As jornadas continuaram com uma apresentação de Luís Farinha, director do Museu do Aljube, sobre a experiência daquela instituição relativamente à questão da abordagem a histórias controversas, passados quase três anos sobre a sua abertura ao público. Esta apresentação, assente na experiência pessoal do próprio orador, designadamente na condução de visitas guiadas, foi-nos muito gratificante. O Museu do Aljube pretende lembrar todos quantos resistiram e lutaram contra a ditadura, em particular aqueles que, entre 1926 e 1965, foram enclausurados naquele edifício, assim como assumir-se como local de aprendizagem dos valores de liberdade e dos direitos e deveres do cidadão em democracia.

Esta comunicação foi seguida de um período de debate moderado e comentado por Inês Fialho Brandão. Da interacção com o público, Luís Farinha destacou a constatação de um acentuado desconhecimento dos mais elementares factos históricos, relativamente a este período do nosso passado (ainda) recente.

Partilhando com Luís Farinha a filiação disciplinar, e sendo sensível, por isso, ao esforço hermenêutico necessário para abordar problemáticas que nos são simultaneamente próximas e polémicas, não podemos deixar de retirar das experiências relatadas, o exemplo e a demonstração inequívoca de que a instituição museal pode e deve preencher vazios, sejam eles éticos, morais, sociais ou políticos.

Museus & Pessoas

Joana Sousa Monteiro

Por Ana Carvalho

Os museus são a sua paixão maior. Muitos terão acompanhado o trabalho de Joana Sousa Monteiro na Rede Portuguesa de Museus, onde colaborou durante dez anos. É desde 2010 consultora da Câmara Municipal de Lisboa e, em 2015, assumiu a direcção do Museu de Lisboa, momento que marca uma nova fase do Museu, que se reestruturou e se reinventou com um novo conceito. Foi este o mote que nos levou a conhecer melhor o percurso desta museóloga, as suas motivações, e o trabalho que se desenvolve e se perspectiva no Museu de Lisboa.



Encontramo-nos no sótão do Palácio Pimenta (Campo Grande), onde estão instalados os serviços centrais do Museu de Lisboa, com janela aberta para o jardim e tendo como pano de fundo a paisagem sonora da cidade.

Quando lhe pergunto como se descreve, a resposta é rápida. Assume-se acima de tudo como museóloga. Alguns traços têm-na acompanhado ao longo da sua vida profissional: o interesse pela gestão de projectos, pela coordenação e pelo trabalho em equipa, o interesse pelo lado criativo de participar no nascimento das ideias, seu desenvolvimento e aplicação. E acrescenta: «gosto muito também de programar exposições e de as acompanhar».

«Não imaginava ser directora deste Museu, mas aconteceu», confessa. Trabalhar em museus também não era um sonho que acalentasse desde criança. Podia ter sido médica ou economista, «tive muitas dúvidas no que fazer, porque gostava de muitas coisas e fiz muitas coisas diferentes como *hobbies*» (ligados à música e à dança). Ainda hoje é um traço que a define: «sou capaz de me apaixonar por coisas diferentes com muita facilidade».

Formou-se em História da Arte e aí os museus já estavam presentes, mas foi no confronto com o trabalho de terreno que se tornou claro que esse era o caminho a seguir. A sua participação, ainda como estagiária, na montagem do Museu do Chiado, estávamos em 1994, seria o seu “baptismo de fogo”, onde ajudou em várias frentes de trabalho nos bastidores do museu então em “construção”. Logo depois seria determinante o curso de verão de Museologia organizado pelo Conselho Internacional de Museus que fez na República Checa durante dois meses, que como ela própria refere foi uma «experiência imersiva extraordinária». Aliás, a ligação ao ICOM manter-se-ia ao longo da sua carreira profissional, activismo que a levou ao cargo de secretária do ICOM Portugal, em 2014, e à presidência do CAMOC (Comité Internacional do ICOM para as Coleções e Actividades dos Museus de Cidade), em 2016.

Além da formação pós-graduada em Museologia (2000), Joana Sousa Monteiro especializou-se também em Gestão Cultural (2010), que teve um papel complementar e fundamental para trabalhar num campo como o da economia e gestão de museus, que sublinha: «está em constante mudança».

Passados mais de 20 anos de trabalho, a pergunta impõe-se, o que leva um profissional a manter-se motivado, atendendo aos muitos momentos de desalento, às dificuldades próprias do sector, aos entraves e aos falhanços que surgem inevitavelmente e, nalguns casos, arbitrariamente? Peremptória, realça que «o balanço é sempre maior para o lado positivo. É uma profissão em que me sinto sempre com a possibilidade de aprender. Essa é a vantagem de se trabalhar nos museus em geral». Por outro

lado, sublinha o potencial da criatividade que pode existir nos museus se o contexto for suficientemente favorável, «é isso que me fascina» atira. Acrescenta: «há também um sentido de genuíno serviço público, de ter a obrigação, neste caso através do património ou da arte, e da educação ao serviço dos museus, de poder, de algum modo, ajudar a que as pessoas se possam sentir melhor com o que aprenderam e que possam descobrir em si próprias coisas que não sabiam que tinham».

Para aqueles que pretendam seguir esta carreira, adverte: «primeiro que tudo é preciso ter a certeza que se adora esta área – não basta gostar - e depois alimentar a persistência, não desistir às primeiras falhas e aos primeiros tempos, que podem ser mais difíceis. É um trabalho continuamente fascinante e que merece todos os esforços (e não são poucos) que temos de fazer para o cumprir.»

Mapear os Lisboaetas é um dos objectivos do Museu de Lisboa

O processo recua a 2013, mas é em 2015 que se concretizam mudanças mais evidentes, a começar pela mudança do nome: de Museu da Cidade para Museu de Lisboa, que preconiza também um novo conceito. Se antes existia um museu de história, o museu passou a afirmar-se como sendo de cidade, ou seja, com maiores responsabilidades na «representação do contexto geográfico, social, político e mental da cidade. Não se trata apenas da história da cidade, mas também do presente, dando pistas para o futuro». Significa que «muda o radar para as escolhas de programação, de exposições, de actividades comunitárias (linha de trabalho que estamos a fazer nascer), de parcerias. Estamos a começar novos projectos no sentido de contribuir para o conhecimento - e depois a representação - do mapeamento dos lisboetas de hoje. É um dos nossos objectivos.»

Não há uma lista fechada de temas e projectos de investigação a desenvolver no futuro, mas sim um fio condutor que alimenta a intenção de «pro-

mover olhares diferentes sobre Lisboa...» (como foi o caso da exposição *A Luz de Lisboa – 2015-2016* ou a actual exposição *Debaixo dos Nossos Pés – Pavimentos Históricos de Lisboa*), ou seja, «dar a ver outras cidades dentro da cidade», tentando «equilibrar temáticas diferentes» (passado e contemporaneidade) e «ir ao encontro dos valores identitários de quem cá vive».

A relação com a dimensão imaterial da cidade de Lisboa

A criação de museus de cidade é uma tendência internacional que tem revelado na Europa, e fora dela, vários sinais de inovação, criatividade e de grande reinvenção. Trata-se de uma tipologia relativamente recente (aproximadamente 25 anos) e é um conceito distinto do que comumente designamos por “museu municipal”. É uma tendência que está para ficar, como nos explica Joana. «Os museus de cidade estão a acompanhar o fenómeno das megacidades, ou seja, a concentração mundial cada vez maior das pessoas em cidades. A rápida mudança é um assunto problemático para a nossa memória visual, afectiva, sensorial, para a identidade que temos relacionada com o lugar.» E, por outro lado, «há o elemento das migrações, das saídas e das entradas, sendo que no caso de Lisboa é mais significativo o das entradas para a mudança da paisagem a vários níveis.» Por todas estas razões, o Museu de Lisboa começou a desenvolver vários projectos, entre eles um que se relaciona com as hortas urbanas e outro com os tronos de Santo António, cruzando estes tópicos com as questões da migração na contemporaneidade.

Uma reestruturação orgânica e administrativa

O Museu de Lisboa não se reformulou apenas no campo das ideias, mas também se reestruturou em termos orgânicos, sendo reforçada a sua organização em cinco núcleos espalhados pela cidade (na sua maioria pré-existentes): o do Palácio Pimenta, núcleo-sede, o de Santo António, o do Teatro Romano, a Casa dos Bicos (piso térreo) – que apresenta uma ex-

posição de longa duração com base na apresentação de objectos resultantes de uma campanha arqueológica, e o Torreão Poente na Praça do Comércio dedicado a exposições temporárias de média duração.

Os principais núcleos: Palácio Pimenta, Santo António e Teatro Romano têm autonomia de programação, assegurada pela coordenação directa de Paulo Almeida Fernandes, Pedro Teotónio Pereira e Lídia Fernandes, respectivamente, que, por sua vez, se articulam com a direcção do Museu, encabeçada por Joana Sousa Monteiro. Todos os serviços estão centralizados no Palácio Pimenta, à excepção da investigação e documentação que é inerente a cada núcleo. Sobre este modelo, Joana explica: «trabalhamos muito numa lógica de complementaridade, vamos trabalhando para a cidade, sendo que a unidade é uma unidade grande com várias realidades lá dentro, mas sempre sobre Lisboa».

Em Julho de 2016 o Museu de Lisboa passou também para a alçada da EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, empresa pública da Câmara Municipal de Lisboa), entidade que já detinha a gestão de outros museus municipais em Lisboa. Sobre esta mudança, Joana faz notar que não houve alterações significativas em termos orçamentais, mas trouxe benefícios importantes, nomeadamente uma maior flexibilidade de gestão, uma estrutura mais pequena e vantagens no que diz respeito à programação pela permeabilidade de contacto com outras actividades que a EGEAC promove e a respectiva integração das actividades do Museu na programação geral desta entidade.

Tempo de fazer balanços

Dois anos passados a assegurar a direcção do Museu de Lisboa, o balanço afirma-se positivo em várias vertentes, «o que só tem sido possível graças à excelente equipa com que temos a sorte de poder contar», como destaca Joana: remodelação de dois dos antigos núcleos aumento do número de vi-

sitantes, incluindo no Palácio Pimenta, diversificação da oferta educativa, diversidade e intensificação da oferta de exposições temporárias, e aumento significativo do número de parcerias com entidades externas.

Uma remodelação que está para continuar

Para além da programação expositiva, que já está fechada até 2019, há um conjunto de prioridades que serão concretizadas nos próximos anos, entre as quais estão as obras em dois dos núcleos do Museu de Lisboa: no Palácio Pimenta e no Torreão Poente.

No Palácio Pimenta as obras já se iniciaram com a pintura de fachadas e passaram para o interior do piso térreo do edifício no sentido de preparar o espaço para a instalação da nova museografia deste núcleo, já definida e assinada ainda pelo antigo director do Museu, António Miranda. Também a instalação da nova museografia se fará faseadamente por pisos.

O Torreão Poente entrará para obras em 2018 para reabilitação e adaptação do edifício a museu. Pretende-se duplicar a área expositiva, incluir espaços de acolhimento ao visitante, abrir o terraço ao público e instalar uma livraria dedicada a Lisboa. No último piso passarão também a funcionar alguns serviços do Museu de Lisboa.

Museu de Lisboa

- Tutela: Câmara Municipal de Lisboa
- Museu multidisciplinar, colecções de diferentes tipologias e de várias épocas
- Estrutura polinucleada: Museu de Lisboa (Palácio Pimenta, Santo António, Teatro Romano, Casa dos Bicos e Torreão Poente)
- Colecção total: cerca de 70 000 objectos
- Equipa: 50 pessoas
- Média de visitantes 2016: 130 000

Publicações

Sugestões de leitura

Museus e Histórias Controversas:
Dizer o Indizível em Museus
Acesso Cultura. 2017. *Resumo do debate*
'Dizer o Indizível para Quê?' (Évora, Lisboa,
Portimão, Porto), 18 de Abril de 2017.

Camacho, Clara Frayão, Pedro Pereira Leite,
e Ana Carvalho. 2016. "Contextos e Desafios
da Nova Recomendação da UNESCO para
Museus e Coleções: Entrevista com Clara
Frayão Camacho e Pedro Pereira Leite."
Boletim ICOM Portugal 7 (Set.): 10-19.

Carvalho, Ana. 2016. *Museus e Diversidade*
Cultural: Da Representação aos Públicos. Vol.
IV. Coleção Estudos de Museus. Casal de
Cambra: Caleidoscópico e Direcção-Geral
do Património Cultural.

Carvalho, Ana. 2017. "[Museus: Dizer o](#)
[Indizível para Quê?](#)" Blogue *No Mundo*
dos Museus, Maio 10.

Gokcigdem, Elif M., ed. 2016. *Fostering*
Empathy Through Museums. Blue Ridge
Summit: Rowman & Littlefield Publ.
Museums Association. 2013. *Museums*
Change Lives: The MAS's Vision for the Impact
of Museums.

[S.l.]: Museums Association.

Ribeiro, António Pinto. 2016. "Podemos
Descolonizar os Museus?" In *Geometrias da*

Memória: Configurações Pós-Coloniais,
organizado por António Sousa Ribeiro e
Margarida Calafate Ribeiro, 95-111. Santa
Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Roque, Maria Isabel. 2016. "[Museologia e](#)
[Tecnologia digital na Rota da Escravatura](#)."
Blogue *a.muse.arte*, Junho 16.

Tolentino, Átila. 2017. "[Os Museus e as](#)
[Vozes das Memórias de Resistência](#)." *Revista*
Museu: Cultura Levada a Sério, Maio 18.

Vlachou, Maria. 2015. Blogue *Musing on*
Culture [em particular os textos organizados
de acordo com as seguintes etiquetas:
"Direitos Humanos", "Democracia" e
"Política"]. [http://musingonculture-](http://musingonculture-pt.blogspot.pt)
[pt.blogspot.pt](http://musingonculture-pt.blogspot.pt)

**O ICOM internacional compilou uma
bibliografia dedicada ao tema do Dia
Internacional de Museus 2017, além de
uma lista de recursos online. O ICOM
Portugal acrescentou a esta lista mais
algumas referências em português. A
bibliografia pode ser consultada em:
<http://icomportugal.org>**

Novas edições

Adelaide Duarte. 2017. *Da Coleção ao Museu: O Coleccionismo Privado de Arte Moderna e Contemporânea em Portugal*. Edição Caleidoscópico, Coleção “Estudos de Museus”, 6, 427 páginas, [impresso](#).

O livro analisa a formação de colecções privadas de arte moderna e contemporânea em Portugal e o modo como foram disponibilizadas ao público, ao longo da segunda metade do século XX. Adelaide Duarte estudou quatro colecções em particular: a de José-Augusto França, a de Manuel de Brito, a de José Berardo e a de António Cachola. O tema do coleccionismo privado é de grande actualidade no contexto internacional. No nosso país carecem os estudos sistemáticos sobre o assunto, pelo que este livro constitui um contributo relevante para os que desejam aprofundar este domínio.

Domenico Sturabotti e Romina Surace. 2017. *Museum of the Future: Insights and Reflections from 10 International Museums*. Edição Symbola Foundation, 115 páginas, [online](#).

O relatório, em formato digital, reúne dez entrevistas a profissionais de vários museus na Europa (de diferentes tipologias e escalas), incluindo o nosso MAAT (Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia). A publicação procura compreender o modo como os museus estão a responder aos desafios do digital e das novas tecnologias. «*The museum of the future will be more emotional; people will be able to connect with it in different ways, and the physical and digital dimensions will be more and more interconnected, being two sides of the same coin, both for the visitors and the staff*» (p. 8-9). A iniciativa insere-se no âmbito do projecto Mu.SA – *Museum Sector Alliance*.

ADELAIDE DUARTE

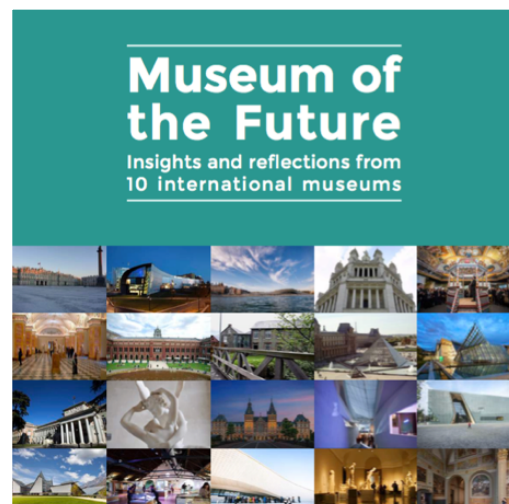
DA COLEÇÃO AO

MUSEU

O COLECCIONISMO PRIVADO DE ARTE MODERNA
E CONTEMPORÂNEA EM PORTUGAL

cafe
do
c
ópio

PATRIMÓNIO
CULTURAL



Vários autores. 2017.

The Museum Blog Book.

Edição MuseumsEtc., 676 páginas, [impresso](#).

Edição que reúne textos de mais de 75 *bloggers* de várias partes do mundo sobre teoria e prática em museus. Organiza-se em cinco secções: *managing*, *collecting*, *learning*, *interpreting* e *visiting*, e onde o tema das novas tecnologias é tratado de forma transversal em todas as secções. Incorpora o texto de duas colegas portuguesas: «*The Museum is a Person*» de Maria Vlachou (Blogue *Musing on Culture*) e «*Exploring the Social and Cultural Voices of Objects*» de Alcina Cortez (Blogue *Objects of Sound*).

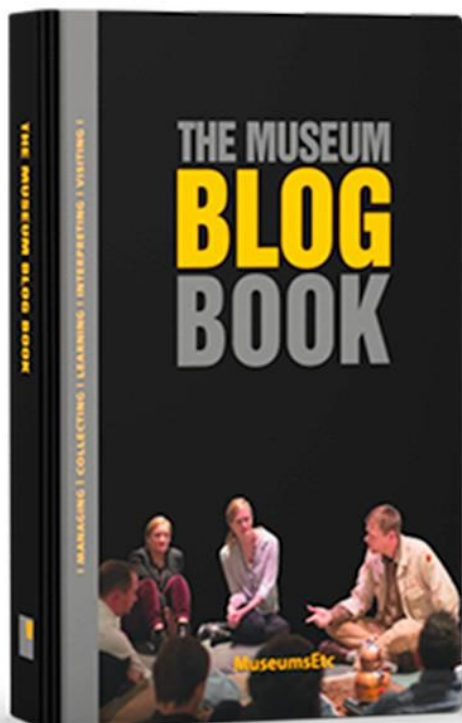
Jorge Santos, Conceição Seródio

e Fernanda Ferreira (ed.). 2017.

Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses.

Edição do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), 147 páginas, [online](#).

Esta publicação tem por objectivo dar a conhecer as principais características dos museus portugueses no que diz respeito às áreas da gestão da informação e documentação dos seus vários tipos de bens patrimoniais, relevando aspectos que se relacionam com a forma como gerem a informação dos acervos à sua guarda, como articulam essa informação, que recursos dispõem, o que comunicam para o exterior ou que dificuldades (ou projectos) se colocam.



DIAGNÓSTICO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
NOS MUSEUS PORTUGUESES

Relatório final

Jorge Santos
Conceição Seródio
Fernanda Ferreira

Maio de 2017

Hugues de Varine. 2017. *L'écomusée Singulier et Pluriel*.

L'Harmattan, 296 páginas, [impresso](#).

Os ecomuseus nasceram na década de 1970. Desde então têm-se multiplicado tomando diferentes nomes, mas seguindo princípios e práticas similares, ou seja, processos que tendem a valorizar o património vivo dos seus territórios com a participação activa das comunidades. Os ecomuseus distinguem-se dos museus que colocam em primeiro plano as colecções. Varine dá-nos conta do seu testemunho e experiência na perspectiva de actor-observador de um movimento que se mantém na actualidade em várias partes do mundo. São apresentados métodos, soluções pragmáticas e adaptadas às necessidades do desenvolvimento cultural, social e económico dos territórios urbanos e rurais.

Elisa Noronha. 2017. *Discursos e Reflexividade: Um Estudo sobre a Musealização da Arte Contemporânea*.

Edições Afrontamento, 275 páginas, [impresso](#).

O livro foca os museus de arte contemporânea e a Museologia neste campo, abordando as seguintes questões: que museus? Como se reinventam? Como contextualizam os discursos e as práticas que os identificam? Que novos discursos são criados, que novas maneiras de colecionar, de expor, de conservar, de mediar são desenvolvidas? São analisados em particular três casos: o Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea (Lisboa), o Museu de Arte Contemporânea de Serralves (Porto) e o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (Brasil). O livro resulta da edição da tese de doutoramento da autora na Universidade do Porto.



Revista Património, número 4.

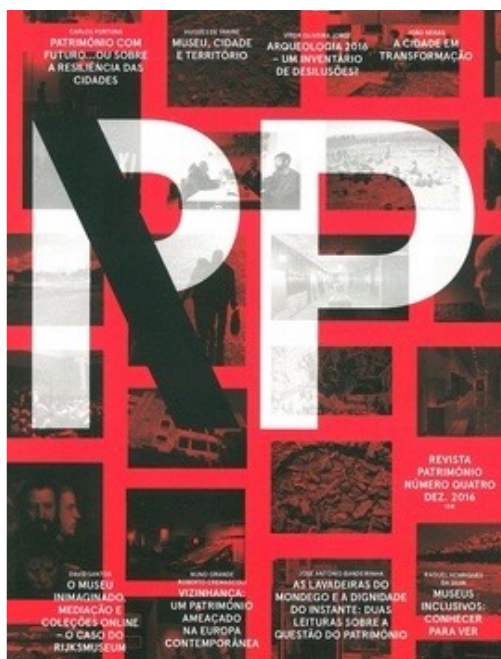
Edição Direcção-Geral do Património Cultural, revista impressa.

Este número da *Revista Património* tem como tema principal o «Património e Sociedade». No âmbito dos museus destacam-se quatro textos de diferente enfoque: «Museu, Cidade e Território» de Hugues de Varine; «O Museu Inimaginado. Mediação e Coleções Online – O Caso do Rijksmuseum» de David Santos; «A Dimensão Social dos Museus em Sistemas de Credenciação Europeus» de Clara Frayão Camacho; e «O Estudo de Públicos nos Museus Nacionais» de José Soares Neves e Teresa Mourão.

Trendswatch. 2017.

Edição American Alliance of Museums, 51 páginas, online.

A American Alliance of Museums publicou mais um dos seus relatórios anuais que resume algumas das principais tendências em museus com base na investigação conduzida pelo Center for the Future of Museums. Identificam-se cinco tendências e explora-se a sua implicação nos museus: 1) empatia; 2) reforma da justiça criminal; 3) inteligência artificial; 4) migração e refugiados; e 5) design ágil. Muitas destas tendências não se confinam ao contexto americano e podem ser orientações relevantes para museus e profissionais de outras partes do mundo.



Agenda

Conferências, encontros, debates

Nacional

Semana Acesso Cultura 2017 |

19–25 de Junho

Org. Acesso Cultura | vários locais

4.^a edição da Semana Acesso Cultura dedicada este ano ao tema da acessibilidade. O objectivo é criar uma maior consciência em relação à missão e aos objectivos da Acesso Cultura. «Esta é a altura para agradecermos a todos os nossos parceiros e voluntários. Juntos trabalhamos para tornar a diferença *mainstream*.» Mais informações: <https://acessocultura.org>

Debate sobre *Acesso Aberto* | 20 de Junho

Org. Acesso Cultura | Évora, Lisboa, Porto, Olhão e Braga

A Acesso Cultura organiza debates abertos aos profissionais do sector cultural e a todas as pessoas interessadas para reflectir em conjunto sobre questões ligadas à acessibilidade – física, social e intelectual – que têm um impacto no trabalho na área cultural e na relação com pessoas com variados perfis. Mais informações: <https://acessocultura.org>

Conferência *Formação para a Inclusão: A Acessibilidade Universal é Exequível?* |

2–4 de Outubro

Comissão Org.: Ana Mercedes Stoffel et al. | Lisboa, Cascais e Batalha

O IV Congresso Internacional *Educação e Acessibilidade em Museus e Património* é dedicado este ano à “Formação para a Inclusão: A Acessibilidade é Exequível? Esta é a primeira edição a realizar-se em Portugal. Tem por objectivo questionar os conceitos e os métodos que têm alicerçado a educação e a formação para a acessibilidade, em particular a acessibilidade universal. Tem o apoio do ICOM Portugal. Mais informações: <https://eamp2017.wordpress.com>

Conferência *Acesso Aberto: Novos Conteúdos, Novas Relações, Novos Horizontes*

| 16 de Outubro

Org. Acesso Cultura | Fundação Calouste Gulbenkian | Lisboa

A digitalização de colecções museológicas e de outros acervos culturais alcançou uma escala sem precedentes. Parece hoje evidente que, para além de investirem na democratização do acesso ao património e à cultura, as instituições devem fomentar uma apropriação crítica e criativa dos conteúdos que colocam online. De que forma as instituições culturais portuguesas enfrentam

esta nova realidade? O que é que está a ser feito no sentido de criar condições de acesso aberto? A quem se destinam estes recursos digitais e para que servem? Que dúvidas persistem? Que preocupações? Mais informações: <https://acessocultura.org>

internacional

Calendário de eventos do ICOM central

Org. Vários

Consulte o [calendário online](#) do ICOM central sobre as conferências dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à [ICOMMUNITY](#), plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza mais informações sobre a actividade dos comités nacionais e internacionais. Mais informações: <http://icom.museum>

Communicating the Museum – The Power of Education | 19–22 de Junho

Org. Agenda | Paris

Esta conferência, na sua 18.^a edição, é este ano dedicada ao “poder” da educação. Ao longo de quatro dias pretende-se reflectir sobre a mudança do papel da educação nos museus, discutir novas ideias e a criação de parcerias duradouras. Mais informações: <http://www.agendacom.com>

MuseumNext Europe | 26–28 de Junho

Org. MuseumNext | Roterdão, Holanda

Esta conferência visa celebrar as pessoas, as ideias e as tecnologias que estão a mudar a paisagem museológica. Mais informações: <https://www.museumnext.com>

The Subjective Museum? The Impact of Participative Strategies in the Museum |

26–28 de Junho

Org. Historisches Museum Frankfurt | Frankfurt, Alemanha

Ao adoptar estratégias participativas, as experiências individuais e perspectivas subjectivas ganham cada vez mais importância nos museus. Esta conferência reúne vozes internacionais para discutir as consequências deste enfoque para a subjectividade. Pretende reflectir sobre estratégias participativas na incorporação de colecções, na investigação e nas exposições, e analisar o impacto do aporte da subjectividade nos museus, quer na perspectiva dos próprios profissionais, quer nos visitantes ou nos participantes envolvidos em projectos com este perfil. Mais informações: <https://www.historisches-museum-frankfurt.de>

Formação

Formação Rede Portuguesa de Museus | a partir de Setembro 2017

Org. Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC)

A formação organizada pela Rede Portuguesa de Museus abrange um leque diverso de cursos de curta duração (conservação preventiva, desenho de exposições e museografia, educação e serviços educativos, segurança e inventário do património cultural móvel). Consulte a página da DGPC para saber mais: <http://www.patrimoniocultural.pt>

I Curso Livre de Coleccionismo, Coleções e Coleccionadores | Outubro–Novembro 2017

Org. ARTIS - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O curso visa lançar o debate sobre temas que permitam aos participantes compreender a evolução do fenómeno do coleccionismo

(desde épocas remotas até à actualidade); familiarizar-se com colecções públicas e privadas, construídas e desconstruídas, em contexto diversificado; contactar com os percursos e práticas de colecionadores que marcaram e/ou que ainda marcam as dinâmicas do mercado da arte. Organiza-se em oito sessões com conferencistas convidados. Mais informações: <https://drive.google.com>

9.^a ed. Curso de Formação ICOM–ITC - *Designing Engaging Museum Exhibitions* | 6–14 Novembro 2017

Org. Centro Internacional de Formação do ICOM (ICOM–ITC) | Pequim, China

O curso será ministrado por um conjunto de especialistas internacionais que irá dar algumas palestras e conduzir as diferentes sessões com discussões e trabalhos de grupo. Mais informações: <http://icom.museum>

Chamada para propostas

Prémio Museu Europeu do Ano 2018: candidaturas

Prazo limite: 23 de Junho

Org. European Museum Forum/EMYA

Estão abertas as candidaturas ao Prémio Museu Europeu do Ano 2018 EMYA 2018 - *European Museum of the Year Award*. Mais informações: <http://www.europeanmuseumforum.info>

Call for Papers número “Varia” e para coordenadores de dossier temático da revista MIDAS

Prazo limite: 23 de Junho

Org. Revista MIDAS – *Museus e Estudos Interdisciplinares*

Encontra-se aberta chamada para propostas para número “Varia” (n.º 9), a publicar em Novembro de 2017 e chamada para propostas de coordenação de dossier temático com publicação prevista para Junho de 2018 (n.º 10). Mais informações: <http://midas.revues.org/1148>

Fundo Bolsas ICOM Portugal: candidaturas

Prazo limite: 30 de Junho

Org. ICOM Portugal

O Fundo de Bolsas ICOM Portugal destina-se a estimular a participação de membros individuais – regulares ou estudantes – portugueses do ICOM em conferências científicas internacionais de museus e Museologia, através da atribuição de um subsídio de deslocação em classe económica e alojamento.

O júri é constituído por Raquel Henriques da Silva, Luís Raposo e José Alberto Ribeiro. Mais informações: <http://icom-portugal.org>

Conferência Acesso Aberto: *Novos Conteúdos, Novas Relações, Novos Horizontes: chamada para propostas*

Prazo limite: 30 de Junho

Org. Acesso Cultura

A digitalização de colecções constitui um vastíssimo campo de comunicação, aprendizagem, discussão e invenção. No âmbito desta conferência, procuram-se argumentos e projectos que confirmem esta ideia. O desafio é: 1 argumento | 1 imagem | 10 minutos. Mais informações: <https://acessocultura.org>

Prémio Victor de Sá: candidaturas

Prazo limite: 7 de Julho

Org. Universidade do Minho

Está aberto o período de candidaturas para o prémio Victor de Sá de História Contemporânea. Podem candidatar-se jovens investigadores portugueses e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, até aos 35 anos, residentes em Portugal ou no estrangeiro. Serão premiados trabalhos que se enquadrem na História Contemporânea Portuguesa a partir de 1820, publicados em 2016 ou até 7 de Julho de 2017, redigidos em língua portuguesa. O valor do prémio é de 3500 euros para o vencedor e de 500 euros para a menção honrosa. Mais informações: ccultural@reitoria.uminho.pt

I Foro Iberico de Jóvenes Investigadores en el Campo de la Museología: Teorías, Contextos, Relatos, Experiencias, Retos: chamada para comunicações

Prazo limite: 10 de Julho

Org. Museo Nacional de Escultura et al.

Pretende-se o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre investigadores portugueses e espanhóis que trabalham no campo da Museologia. O evento é organizado pelo Museo Nacional de Escultura, Grupo S U+M A [Universidad + Museo] e conta com a colaboração do ICOM Espanha e da revista MIDAS - Museus e Estudos Interdisciplinares. O encontro terá lugar no Museo Nacional de Escultura, em Valladolid, a 18 Novembro 2017. Mais informações: <http://revistamidas.hypotheses.org/840>

9.ª ed. Curso de Formação ICOM–ITC - Designing Engaging Museum Exhibitions: candidaturas a bolsas de viagem

Prazo limite: 15 de Julho

Org. Centro Internacional de Formação do ICOM (ICOM–ITC) | Pequim, China

O curso realiza-se entre 6 e 14 de Novembro e será ministrado por um conjunto de especialistas internacionais. Candidaturas via: <https://icom.formstack.com>. Mais informações: <http://icom.museum>

Prémio Reynaldo dos Santos: candidaturas

Prazo limite: 21 de Julho

Org. Federação de Amigos dos Museus de Portugal (FAMP)

A FAMP é uma associação cultural sem fins lucrativos que tem por objecto congregar os esforços e potenciar a acção dos seus associados em prol das actividades museológicas nacionais; trocar experiências, partilhar informações e dar voz à sociedade civil, no estudo, preservação e divulgação do património artístico, histórico e cultural de Portugal. Pode concorrer ao prémio Reynado dos Santos qualquer Grupo de Amigos de Museus, de Monumentos ou de Sítios, mesmo não sendo associado da FAMP. Mais informações: <http://www.famportugal.pt>

ICOM Portugal - Opinião dos Membros: chamada de contributos para o Boletim

Prazo limite: 25 de Julho

Org. ICOM Portugal

O Boletim ICOM Portugal tem uma nova secção: *Opinião dos Membros*, que acolhe cartas dos membros do ICOM sobre tópicos da actualidade museológica, sendo um espaço aberto onde os profissionais podem ter uma voz activa. Pretendemos textos de comentário que contribuam para a discussão pública sobre museus e Museologia em Portugal. Os textos devem ser curtos e concisos (máx. 1800 caracteres com espaços, aproximadamente 1 página), e pontuar pela relevância do seu conteúdo. Deve ser ainda indicado título (breve e claro), nome do/a autor/a e afiliação. O ICOM Portugal reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos. Serão publicados no máximo até três contributos por boletim. As propostas devem ser enviadas para o email:

boletim.icom.pt@gmail.com

ICOM Portugal - Voluntário/a para as redes sociais

Org. ICOM Portugal

Três anos depois de termos iniciado a página de Facebook queremos dar continuidade e melhorar este canal de divulgação junto dos 3000 profissionais de museus e instituições (portuguesas e estrangeiras) que nos seguem. Procuramos voluntários interessados numa abordagem actualizada, que sejam capazes de pesquisar, editar e planear conteúdos. Esta função requer também alguma confiança na língua inglesa. Numa primeira fase, o/a voluntário/a terá o acompanhamento da actual editora das redes sociais, caso seja necessário. Os interessados devem contactar: ines.fialho.brandao@gmail.com

Jornadas Europeias do Património: convite à participação

Prazo limite: 1 de Agosto

Org. Conselho da Europa

Convite à apresentação de iniciativas a desenvolver nos dias 22, 23 e 24 de Setembro

enquadradas no tema *Património e Natureza*. Pretende-se chamar a atenção para a importância da relação entre as pessoas, as comunidades, os lugares e a sua História, mostrando como o património e a natureza se cruzam nas suas diferentes expressões - mais urbanas ou mais rurais - e para a necessidade de preservar e valorizar esta relação, fundamental para a qualidade da vida, para a qualificação do território e para o reforço de identidades. Email: jep@dgpc.pt

Bolsas de Estudo para Doutoramento em Sociomuseologia: candidaturas a decorrer

Prazo limite: 31 de Outubro

Org. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Encontra-se aberto concurso de bolsas de estudo para o programa de doutoramento em Sociomuseologia (2017-2020). As bolsas têm a duração de 36 meses e cobrem os encargos devidos à Universidade Lusófona (emolumentos e propinas). Mais informações: <http://www.museologia-portugal.net>

Colabore com o ICOM Portugal

O próximo boletim será dedicado à Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos através do email:

boletim.icom.pt@gmail.com (Ana Carvalho) até 25 de Julho.

Temos também uma nova secção no boletim: *Opinião dos Membros*. Participe!

Ainda não é membro do ICOM?

Saiba como em: <http://icom-portugal.org>

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal?

Visite, comente e partilhe conteúdos em:

<https://www.facebook.com/icomportugal>

3 BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

COMUNIQUE-SE com 35.000 especialistas de museus de prestígio mundial

CONSTRUA uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

AUMENTE os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

PARTICIPE do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trianual

2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

CONFIGURE o futuro das profissões museais

DEFENDA os padrões de excelência e a deontologia dos museus

DESEMPEÑHE um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

COLABORE em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

INFORME-SE sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

CONSULTE mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

CONECTE-SE à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

TORNE-SE membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

RESOLVA litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESÃO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte
<http://icom.museum>

